COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROJETO DE LEI Nº 2.027, DE 2007

Dispõe sobre os créditos de carbono e os certificados de redução de emissões e a titularidade exclusiva deles em empreendimentos para geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME

Relator: Deputado PAULO ABI-ACKEL

I – RELATÓRIO

O projeto de lei que ora apreciamos objetiva garantir a exclusividade para a comercialização de créditos de carbono aos empreendedores cujos projetos estejam contratados no âmbito de programas governamentais de incentivo ao uso de energia elétrica gerada por fontes alternativas.

A proposição pretende ainda autorizar as entidades financiadoras desses empreendimentos a receberem esses créditos como garantia das operações contratadas.

Por fim, a proposta estabelece uma definição para empreendimentos de energia renovável ou de produção de eletricidade por fontes alternativas.

Em sua justificção, o autor da proposta, ilustre Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, afirma que o objetivo do projeto é fortalecer e incentivar o mercado de créditos de carbono decorrentes da geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas. Segundo avalia, a

comercialização desses créditos sofreu desestímulo quando o direito sobre eles foi apropriado pela Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

A matéria já foi analisada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, que a aprovou, unanimemente e sem alterações, acompanhando o voto do relator, insigne Deputado Gervásio Silva.

Nesta Comissão de Minas e Energia, no decorrer do prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

A matéria, sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, será ainda examinada pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

II – VOTO DO RELATOR

Consideramos que o projeto de lei em apreço é bastante meritório e oportuno, quando busca garantir que os empreendimentos de produção de energia elétrica a partir de fontes alternativas possam comercializar, em benefício próprio, os créditos de carbono que gerarem.

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do final de 2011 a 2020, a demanda de energia elétrica no Brasil deverá aumentar cerca de 50%, a uma taxa média de 4,6% ao ano. A geração de eletricidade, portanto, precisará acompanhar esse crescimento.

Ainda de acordo com a EPE, novas hidrelétricas contribuirão com cerca de 52% da expansão do parque gerador necessária para suprir o aumento da demanda até 2020. O restante, porém, deverá ser atendido por meio da implantação de usinas que utilizem outras fontes.

Nesse quadro, a geração por meio pequenas centrais hidrelétricas, bem como centrais eólicas e as que utilizam a biomassa, é mais vantajosa que o despacho de termelétricas convencionais, que emitem grande quantidade de CO₂ e outros poluentes e apresentam maiores custos por cada

megawatt-hora gerado, devido à necessidade de aquisição de dispendiosos combustíveis fósseis.

Para permitir que a energia renovável seja predominante no crescimento de nossa capacidade de geração, devemos, cada vez mais, incentivar as fontes alternativas, que possuem características adequadas para complementação da produção das grandes hidrelétricas. Basta considerar, por exemplo, que é exatamente no período em que a maior parte dos rios brasileiros apresenta as menores vazões que os ventos sopram com maior intensidade e as usinas eólicas produzem mais energia. Também no período seco ocorre o processamento da cana-de-açúcar da região centro-sul, com a produção de energia elétrica pela queima do bagaço.

Como o objeto da proposição em causa é favorecer a exploração dessas energias limpas, só nos resta apoiá-la em nosso parecer.

Consideramos, no entanto, que a definição de fontes alternativas prevista no artigo 3º do projeto precisa ser aperfeiçoada, de maneira a incluir a energia elétrica provinda da biomassa de forma mais clara no texto, além da energia geotérmica. Por essa razão, optamos pela apresentação de emenda alterando a redação do dispositivo.

Assim, por todo o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.027, de 2007, com a emenda anexa, solicitando aos colegas parlamentares desta Comissão que nos acompanhem no voto.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado PAULO ABI-ACKEL
Relator